

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**Acórdão n.º 44/2025
de 06 de agosto**

Sumário: Proferido nos autos de Processo Anómalo n.º 6/2025, em que é recorrente Rúben Rafael de Pina Traquino de Dula e recorrido o Conselho Nacional de Jurisdição do MpD.

Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Processo Anómalo n.º 6/2025, em que é recorrente **Rúben Rafael de Pina Traquino de Dula** e recorrido o **Conselho Nacional de Jurisdição do MpD**.

(Processo Anómalo 06/2025, Rúben Rafael de Pina Traquino de Dula v. Conselho Nacional de Jurisdição do MpD, Decisão de Aperfeiçoamento)

I. Relatório

1. O Senhor Rúben Rafael de Pina Traquino de Dula, interpôs o que entendeu denominar de “Recurso Constitucional com Pedido de Providencia Cautelar Urgente” contra o Despacho do Conselho Nacional de Jurisdição do MpD.

2. Com os fundamentos que abaixo se expõe da seguinte forma:

2.1. Diz que o seu recurso teria por objeto: 1. Impugnar o Despacho do Conselho Nacional de Jurisdição que indeferiu liminarmente a queixa que apresentara, sem garantir o acesso pleno à justiça interna partidária; 2. Requerer, com carácter de urgência, providência cautelar para suspensão imediata do processo eleitoral interno do MpD-Portugal previsto para domingo, dia 20 de julho de 2025; 3. Obter a nulidade da resposta ao contraditório apresentada por Daniel Évora, por ter sido entregue fora do prazo; 4. Requerer a anulação do processo eleitoral em curso, por vícios insanáveis e lesão grave aos direitos fundamentais do recorrente e de outros militantes.

2.2. Como factos:

2.2.1. Alega não ter havido qualquer publicação oficial do cronograma eleitoral nos canais institucionais do MpD (sítio oficial, página de Facebook nacional, ou outros locais) e que o partido não garantiu o acesso universal à informação, o que, ao seu ver, violaria os princípios da igualdade de participação, da publicidade e da transparência eleitoral;

2.2.2. Tal omissão teria impossibilitado qualquer candidatura alternativa atempada e impedira milhares de militantes da diáspora de exercerem plenamente os seus direitos;

2.2.3. Em seu entender teria havido violação do direito ao contraditório, porque a resposta do Delegado da GAPE (Daniel Évora) foi apresentada e assinada no dia 16 de julho, quando já havia sido ultrapassado o prazo estipulado no Despacho N. 1/2025/PR/CJ, que terminava no dia 15 de

julho às 12:30;

2.2.4. Haveria conflito de interesses e relações pessoais que comprometeriam objetivamente a imparcialidade da estrutura responsável pela organização eleitoral porque documentalmente se comprovara que o Sr. Daniel Évora (Delegado da GAPE) integrara a Comissão Política do MpD-Portugal, em 2016, em conjunto com o atual candidato, Emanuel Barbosa, que seria casado com a Sra. Benvinda Oliveira;

2.2.5. Assim como, bloqueio de acesso à informação. Na medida em que o recorrente teria sido removido de todos os grupos oficiais de comunicação do MpD-Portugal, o que seria demonstrativo da existência de uma estratégia deliberada de exclusão e de obstrução ao direito à informação. Num contexto em que a suposta publicação feita na sua página pessoal a 20 de abril seria meramente especulativa e não poderia ser considerada prova de existência de qualquer cronograma, pois que nela não fora referida qualquer data ou estrutura. Ademais, na conferência de imprensa do Secretário-Geral, ocorrida nessa mesma data, não teria sido anunciada qualquer data para as eleições nem publicado o cronograma.

2.3. No que diz ser a fundamentação constitucional e doutrinária:

2.3.1. Faz menção aos artigos 3º e 54 (Princípio da Igualdade e Pluralismo Político), ao artigo 6º (Princípio da Legalidade), ao artigo 38 (Direito à justiça interna nas organizações sociais e políticas), e ao artigo 269 (Garantia do acesso à justiça e [à] tutela jurisdicional efetiva) todos da Constituição da República;

2.3.2. À Lei dos Partidos Políticos que, na sua perspetiva, exige respeito pelas normas democráticas e pela legalidade no funcionamento interno dos partidos;

2.3.3. Ao Estatuto do MPD, nomeadamente, ao artigo 12 (Princípios da imparcialidade, igualdade e democracia interna), e ao artigo 38 (Acesso à jurisdição interna e possibilidade de recurso das decisões ilegais);

2.3.4. Ao que entende ser a jurisprudência relevante (Acórdão 7/2011 e Acórdão 12/2014, ambos do Tribunal Constitucional de Cabo Verde), e o Acórdão 146/2015 do Tribunal Constitucional de Portugal);

2.3.5. E à doutrina, sobretudo ao referido por Gomes Canotilho e Vital Moreira nesta matéria.

2.4. Termina pedindo ao Venerando Presidente do Tribunal que:

2.4.1. Admita o presente recurso constitucional;

2.4.2. Suspenda imediatamente o processo eleitoral do MpD-Portugal;

2.4.3. Declare nulo o contraditório apresentado fora de prazo;

2.4.4. Ordene ao MpD que apresente no prazo de 48 horas: prova documental da publicação do cronograma eleitoral e onde foi feita; cópia da ata que demonstra que Daniel Évora integrou a Comissão Política com o atual candidato e a Presidente da ADoC;

2.4.5. Após julgamento, seja declarada a nulidade de todo o processo eleitoral interno em curso;

2.4.6. Seja determinada a repetição do processo eleitoral com cronograma devidamente publicitado em plataformas oficiais; garantia de imparcialidade nas comissões; reposição do direito ao contraditório e à informação; liberdade e igualdade de participação de todos os militantes.

2.5. Pede, ainda, que seja aplicada medida urgente de suspensão do processo eleitoral do MpD-Portugal, com base em fortes indícios de ilegalidade (*fumus boni iuris*), e risco de lesão irreparável (*periculum in mora*), se as eleições se realizarem no próximo domingo, dia 20.

2.6. Diz anexar os seguintes documentos: cópia da queixa inicial apresentada ao Conselho de Jurisdição; cópia do Despacho n.º 1/2025/PR/CJ (abertura de contraditório); resposta ao contraditório de Daniel Évora (fora de prazo); despacho final do CJ que rejeita a queixa; certidão de casamento entre Benvinda Oliveira e Emanuel Barbosa; pedido formal ao partido para obter atas e registos históricos; prints dos sites oficiais do MpD (sem cronograma publicado); publicação pessoal do Facebook (sem referência a datas); prova de exclusão do recorrente dos canais internos desde 2021.

3. No e-mail que deu entrada na secretaria do Tribunal no dia 18 de julho de 2025, o requerente diz apresentar queixa com pedido de providência cautelar urgente, nos termos da Constituição da República, da Lei dos Partidos Políticos, do Código Eleitoral e do Estatuto do Movimento para a Democracia, relativa a graves irregularidades nas eleições internas do MPD na Comunidade de Portugal, apresentando, entre outros, os seguintes fundamentos:

3.1. Conflito de interesses da Presidente da Comissão Ad hoc, Sra. Benvinda Oliveira (casada com o candidato Emanuel Barbosa), e o Delegado da GAPE, Sr. Daniel Évora (com histórico de ligação política direta ao mesmo candidato).

3.2. Ausência de publicação oficial do cronograma eleitoral nos canais institucionais do MPD.

3.3. Rejeição liminar da queixa apresentada ao Conselho Nacional de Jurisdição, com fundamento em incompetência, esgotando-se, assim, a via interna do partido.

4. Classificado como um processo anómalo por não conter qualquer elemento que permitisse o seu registo e autuação nos termos da classificação processual legal, o JCP determinou que o subscritor fosse notificado para:

4.1. Identificar o tipo de recurso que pretende usar, explicitando claramente as normas que o habilitam.

4.2. Isso porque, limitando-se a invocar o artigo 20 da Constituição da República que se refere ao recurso de amparo, deixou pairar dúvidas que inviabilizaram a autuação do requerimento e que não permitiriam verificar se houve preenchimento dos pressupostos de admissibilidade respetivos.

4.3. Face ao que pareciam deficiências estruturais da peça advertiu-se o requerente que mesmo não sendo obrigatório, podia, na medida em que tem esse direito, fazer-se representar por advogado.

5. Em resposta, relativamente à identificação do mecanismo processual que pretendia utilizar, disse que:

5.1. O recurso teria a natureza de um recurso contencioso de impugnação de ato praticado pelo Movimento para a Democracia (MPD), com relevância constitucional, no âmbito da legalidade constitucional e eleitoral;

5.2. As normas habilitantes seriam os artigos 213, 214 e 215 da Constituição, bem como os artigos 41 e seguintes da Lei do Tribunal Constitucional;

5.3. Reitera o pedido de adoção de medida cautelar, justificando-a pelo facto de o ato impugnado ser suscetível de “produzir efeitos jurídicos imediatos e irreversíveis (...)” e por pretender “salvaguardar a utilidade da decisão de mérito e prevenir a consolidação de efeitos que poderão vir a ser declarados inconstitucionais ou ilegais”.

6. Através de mensagem subsequente e autónoma datada de 18 de julho veio informar que designou como seu advogado o Dr. Emílio Moreira Xavier, inscrito na Ordem dos Advogados de Cabo Verde sob a cédula profissional N. 211/09, para o representar no presente processo, dizendo que a procuração e aparentemente uma nova versão do recurso seriam encaminhadas no mesmo dia.

7. Marcada sessão de julgamento para o dia 19 de julho de 2025, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Da leitura do requerimento protocolado pelo impugnante infelizmente muito pouco fica claro e em moldes que comprometem nesta fase a apreciação do recurso protocolado.

1.1. Nomeadamente, porque o recorrente não trouxe ao Tribunal Constitucional qualquer elemento que permitisse enquadrar devidamente a espécie processual em causa, resvalando entre um genericamente considerado recurso constitucional de impugnação, a menção de uma disposição fundamental ligada ao recurso de amparo, a referência a um conjunto de normas constitucionais referentes à composição não jurisdicional de conflitos, às categorias de tribunais e ao TC, bem como a normas da Lei do Tribunal Constitucional que se reportam à conta de gerência e percorrem uma miríade de normas organizatórias e processuais do TC;

1.2. O que de mais próximo traz é dar a ideia que pretende impugnar uma deliberação do Conselho Nacional de Jurisdição do MPD, mas sem concretizar através de que mecanismo, ficando o Tribunal sem saber qual das diversas espécies recursais pretende utilizar e ao abrigo de que fundamentos.

1.3. De tal sorte que o Coletivo não consegue estabelecer se os pressupostos processuais de cada uma delas estão preenchidos e se submeteu documentos suficientes para que se proceda a essa verificação essencial.

1.4. Elementos sem os quais dificilmente a sua pretensão será bem sucedida.

2. Através de despacho do JCP, o recorrente terá sabido que a impugnação padece de diversas insuficiências, sugerindo-se-lhe que se fizesse representar por um advogado.

2.1. Aparentemente, tomou disso consciência, nomeando um advogado e informando que traria aos autos procuração forense a conferir-lhe poderes de representação e um novo recurso;

2.2. Até à data em que o TC se reuniu para apreciar o seu requerimento nenhum desses documentos havia sido protocolado.

2.3. Ainda assim, estabelece o artigo 437, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* o artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, que, havendo deficiências na petição inicial que seja suscetível de comprometer o êxito da ação pode ser o autor convidado a corrigi-la, marcando-se o prazo para a apresentação de nova petição.

2.4. No caso concreto o Tribunal Constitucional deteta insuficiências graves da peça que impedem o seu encaminhamento e prejudicam a sua inteligibilidade, além de instrução deficiente da mesma já que desprovida de vários documentos essenciais a atestar a situação que alega e para sustentar o pedido de concessão de medida provisória.

2.5. Não podendo interferir nesse tipo de ação por força do princípio da ingerência mínima, justifica-se que o Tribunal o convide a definir o mecanismo de impugnação, indicando claramente que recurso está a utilizar; a reestruturar a peça em conformidade; e a carrear para os autos os documentos na sua posse que comprovem o preenchimento dos pressupostos atinentes à

figura recursal escolhida e ao *fumus boni iuris* que alega estar presente.

2.6. Para tanto, nos termos da mesma disposição, considerando a urgência que esta questão reveste e a necessidade de o Tribunal analisar os elementos autuados e deliberar uma segunda vez a respeito, fixa-se um prazo de 2 horas para que o impugnante cumpra as injunções expostas no parágrafo anterior.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos em Plenário decidem convidar o recorrente, a, num prazo de duas horas,

- a) Definir o mecanismo de impugnação, indicando claramente que recurso está a utilizar;
- b) Reestruturar a peça em conformidade; e
- c) Carrear para os autos os documentos na sua posse que comprovem o preenchimento dos pressupostos atinentes à figura recursal escolhida e ao *fumus boni iuris* que alega estarem presentes.

Registe, notifique e publique.

Praia, 19 de julho de 2025

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

(Não assina o Acórdão por se encontrar ausente - parte final do n.º 1 do artigo 150.º do CPC, aplicável ex vi do art.º 50º da Lei do Tribunal Constitucional)

João Pinto Semedo

Está conforme

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 19 de julho de 2025. — O Secretário, *João Borges*.